

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque XIX S.A. (“Campo Largo XIX” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Campo Largo XIX é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Geradora Eólica Campo Largo XIX, com capacidade instalada de 33,6 MW e garantia física de 17,9 MWh, localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, no Estado da Bahia.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à CLWP Brasil II Participações S.A., uma holding controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2024, o cenário econômico global teve crescimento superior a 2023, devido à redução das taxas de inflação e dos juros pelos bancos centrais dos EUA e Europa. Porém, conflitos geopolíticos mantêm a instabilidade, com riscos de novas altas inflacionárias.

No Brasil, o PIB cresceu 3,4%, impulsionado pelo setor de serviços e aumento de gastos públicos. O desemprego atingiu o menor nível histórico. No entanto, a inflação superou o teto da meta, devido ao aumento da demanda, seca, preço dos alimentos e valorização do dólar, que encerrou o ano em R\$ 6,19. O Banco Central aumentou a taxa Selic para conter a inflação e prevê novos aumentos para 2025.

4. Desempenho Operacional

Em 2024 a geração bruta da Companhia alcançou 128,9 GWh, desempenho 5,7% inferior à observada em 2023, que foi de 136,7 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2024 atingiu 94,2%, 1,9 p.p. inferior ao obtido em 2023, de 96,1%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2024	2023	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	30.961	31.339	(378)	(1,2)
Lucro bruto	18.958	20.023	(1.065)	(5,3)
Margem bruta	61,2%	63,9%		(2,7 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	18.770	19.844	(1.074)	(5,4)
Ebitda (Lajida) ¹	24.517	25.617	(1.100)	(4,3)
Margem Ebitda (Lajida)	79,2%	81,7%		(2,5 p.p.)
Resultado financeiro	(9.111)	(7.492)	(1.619)	21,6
Lucro líquido do exercício	8.080	10.300	(2.220)	(21,6)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

EBIT: a redução é motivada, principalmente, pelo aumento dos custos da energia vendida e redução da receita operacional líquida.

Resultado financeiro: a redução do resultado financeiro é proveniente, substancialmente, da diminuição das aplicações financeiras, parcialmente compensada pelos juros de títulos e valores mobiliários.

Lucro líquido do exercício: a redução é motivada pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2024.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ Nº 17.928.213/0001-80| NIRE Nº 42 3 0005010-5
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.819	7.757
Contas a receber de clientes	5	2.812	4.265
Indenização por indisponibilidade a receber	13	234	-
Outros ativos circulantes		327	552
		12.192	12.574
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	2.955	-
Depósitos vinculados	7	3.442	3.456
Outros ativos não circulantes		441	441
		6.838	3.897
Imobilizado	8	134.672	138.368
		141.510	142.265
TOTAL		153.702	154.839

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.450	1.111
Dividendos	12	1.919	2.446
Financiamento	11	7.618	7.278
Outros passivos circulantes		551	362
		11.538	11.197
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	4.480	2.756
Financiamento	11	104.076	106.357
Provisão para desmobilização	8	3.201	2.944
		111.757	112.057
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		23.119	23.119
Reservas de lucros		1.531	8.466
Dividendos adicionais propostos		5.757	-
		30.407	31.585
TOTAL		153.702	154.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ Nº 17.928.213/0001-80| NIRE Nº 42 3 0005010-5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	30.961	31.339
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8	(5.747)	(5.773)
Serviços de terceiros		(2.611)	(2.092)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.311)	(2.234)
Outros		(1.334)	(1.217)
		(12.003)	(11.316)
LUCRO BRUTO		18.958	20.023
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(188)	(179)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		18.770	19.844
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		919	2.702
Renda de depósitos vinculados		350	404
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	155	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	(10.072)	(10.135)
Juros sobre fornecedores		(316)	(300)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(169)	(163)
Outras receitas financeiras, líquidas		22	-
		(9.111)	(7.492)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		9.659	12.352
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(1.071)	(1.416)
Contribuição social		(508)	(636)
		(1.579)	(2.052)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.080	10.300

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.080	10.300
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.080	10.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ Nº 17.928.213/0001-80 | NIRE Nº 42 3 0005010-5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2022		42.438	612	8.721	-	-	51.771
Redução de capital		(19.319)	-	-	-	-	(19.319)
Dividendos intermediários		-	-	(8.721)	-	-	(8.721)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.300	10.300
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	515	-	-	(515)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(2.446)	(2.446)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.339	-	(7.339)	-
Saldos em 31.12.2023	12	23.119	1.127	7.339	-	-	31.585
Dividendos intermediários		-	-	(7.339)	-	-	(7.339)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.080	8.080
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	404	-	-	(404)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.919)	(1.919)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	5.757	(5.757)	-
Saldos em 31.12.2024	12	23.119	1.531	-	5.757	-	30.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ Nº 17.928.213/0001-80| NIRE Nº 42 3 0005010-5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	9.659	12.352
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	5.747	5.773
Juros e variação monetária sobre financiamento	10.072	10.135
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	169	163
Juros sobre fornecedores	316	300
Juros sobre títulos e valores imobiliários	(155)	-
Renda de depósitos vinculados	(350)	(404)
Outros	(55)	(47)
Resultado antes dos tributos ajustado	25.403	28.272
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.453	108
Indenização por indisponibilidade a receber	(234)	-
Outros ativos	20	(360)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(159)	(381)
Outros passivos	(15)	(112)
Caixa gerado nas operações	26.468	27.527
Pagamentos de juros sobre financiamento	(4.712)	(4.788)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.118)	(1.179)
Caixa líquido das atividades operacionais	20.638	21.560
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos de valores mobiliários	(2.800)	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	(54)	(70)
Caixa líquido das atividades de investimento	(2.854)	(70)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(19.319)
Pagamento de financiamento	(7.301)	(7.000)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	364	273
Dividendos pagos	(9.785)	(11.628)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(16.722)	(37.674)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.062	(16.184)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	7.757	23.941
Saldo final	8.819	7.757
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.062	(16.184)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 18 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLWP EÓLICA PARQUE XIX S.A.
CNPJ Nº 17.928.213/0001-80| NIRE Nº 42 3 0005010-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque XIX S.A. (“CLWP XIX” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 11.04.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo XIX (“Usina”), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 33,6 MW¹ e garantia física de 17,9 MW médios. Em 21.05.2021, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo II, com participação de 9,30%. O Consórcio Campo Largo II é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 11.04.2025.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Títulos e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

h) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2024. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2025, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1.140	109
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	7.679	7.648
	8.819	7.757

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2024 e de 2023 foi de cerca de 99,6% e 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 2.812 (R\$ 4.265 em 31.12.2023) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2024 e 31.12.2023.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIARIOS

Em 03.07.2024, a Companhia adquiriu debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 2.800. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	2.800
Juros	155
Saldos em 31.12.2024	2.955
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo não circulante	2.955
	2.955

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento			Principal	Juros	Saldos em 31.12.2024
	Quantidade	Remuneração	Vencimento			
12ª Emissão Série 4	2.800	CDI + 0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026	2.955

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2024, a Companhia mantinha R\$ 3.442 (R\$ 3.456 em 31.12.2023) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2024			31.12.2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,84%	143.397	(19.914)	123.483	128.839
Edificações e benfeitorias	3,33%	7.352	(900)	6.452	6.697
Direito de uso de arrendamentos	2,22%	4.935	(316)	4.619	2.775
Móveis e utensílios	6,24%	9	-	9	1
		155.693	(21.130)	134.563	138.312
Em curso					
		109	-	109	56
		155.802	(21.130)	134.672	138.368

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2022	135.852	6.942	2.844	-	1	145.639
Ingressos	-	-	-	-	56	56
Reversão de provisão para desmobilização	(1.550)	-	-	-	-	(1.550)
Baixas	(4)	-	-	-	-	(4)
Transferências	-	-	-	1	(1)	-
Depreciação	(5.459)	(245)	(69)	-	-	(5.773)
Saldos em 31.12.2023	128.839	6.697	2.775	1	56	138.368
Ingressos	-	-	-	-	46	46
Desmobilização	88	-	-	-	-	88
Remensuração	-	-	1.917	-	-	1.917
Transferências	(15)	-	-	8	7	-
Depreciação	(5.429)	(245)	(73)	-	-	(5.747)
Saldos em 31.12.2024	123.483	6.452	4.619	9	109	134.672

c) Provisão para desmobilização

Em 2021, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 4,44%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2024 era de R\$ 3.201 (R\$ 2.944 em 31.12.2023), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 169 registrada no resultado de 31.12.2024 (R\$ 163 em 31.12.2023) e (ii) aumento de R\$ 88 (reversão de R\$ 1.550 em 2023) por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão.

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo XIX, com capacidade instalada de 33,6 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 12.2019.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2024	31.12.2023
Arrendamentos a pagar	4.996	3.085
Fornecedores de materiais e serviços	226	70
Fornecedores de imobilizado	513	521
Encargos de uso da rede elétrica	195	191
	5.930	3.867
Passivo circulante	1.450	1.111
Passivo não circulante	4.480	2.756
	5.930	3.867

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2025 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,8%	4,9%	0,1 p.p.	1,2 p.p.	-0,4 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2025.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2024 e os previstos no cenário provável para 2025, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2025. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2025, em comparação com o ano de 2024, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2024	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	111.694	(104)	(1.190)	356

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida	111.694	113.635
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.442)	(3.456)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(8.819)	(7.757)
Dívida líquida	99.433	102.422
Patrimônio líquido	30.407	31.585
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,3	3,2

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2024, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2024. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	1.450	998	998	16.968	20.414
Financiamento	11.960	21.931	20.718	92.870	147.479
	13.410	22.929	21.716	109.838	167.893

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	7.679	7.648
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.140	109
Contas a receber de clientes	2.812	4.265
Indenização por indisponibilidade a receber	234	-
Títulos e valores mobiliários	2.955	-
Depósitos vinculados	3.442	3.456
	18.262	15.478
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	5.930	3.867
Financiamento	111.694	113.635
	117.624	117.502

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2022	115.288
Juros e variação monetária	10.135
Amortização do principal	(7.000)
Amortização de juros	(4.788)
Saldos em 31.12.2023	113.635
Juros e variação monetária	10.072
Amortização do principal	(7.301)
Amortização de juros	(4.712)
Saldos em 31.12.2024	111.694
Passivo circulante	7.618
Passivo não circulante	104.076
	111.694

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2026	6.927
2027	6.927
2028	6.927
2029	6.927
2030	6.927
2031 a 2035	35.691
2036 a 2039	33.750
	104.076

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2024
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais	111.694

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil II Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ \geq 1,10

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2024 e 31.12.2023 era de R\$ 23.119, representado por 23.118.961 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 23.118.960 pertencem à controladora CLWP Brasil II Participações S.A. S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2024, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.919.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	31.760	32.526
	31.760	32.526
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.159)	(1.187)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	360	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30.961	31.339

Em 2024, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 360 relativos à multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo II. Esse reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Indenização por indisponibilidade a receber", a qual, em 31.12.2024 apresentava o saldo de R\$ 234 em aberto no ativo circulante.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2024		2023	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	31.760	31.760	32.526	32.526
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.541	3.811	2.602	3.903
Receita financeira	1.478	1.478	3.158	3.158
Receita extraordinária	360	360	-	-
Outros	-	-	-	11
Base de cálculo	4.379	5.649	5.760	7.072
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.095)	(508)	(1.440)	(636)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(1.071)	(508)	(1.416)	(636)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 65.883.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até junho de 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2024, era de R\$ 55.925.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo II participa da referida apólice no montante de R\$ 1.872.055 para danos materiais e R\$ 417.076 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2025.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2024 foi de R\$ 172 (R\$ 166 em 31.12.2023).

b) Transações entre partes relacionadas

	ATIVO		PASSIVO	RESULTADO		
	Contas a receber	Títulos e valores mobiliários	Fornecedores	Receita operacional líquida	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	Receitas Financeiras
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	2.811	-	-	30.600	-	-
ENGIE	-	2.955	14	-	-	155
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	-	-	-	15	-
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	26	-
31.12.2024	2.811	2.955	14	30.600	41	155
31.12.2023	4.265	-	14	31.338	38	-

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2024 é de R\$ 880.982. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2024	2023
Remensuração dos arrendamentos	1.917	-
Provisão (reversão) de desmobilização	88	(1.550)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(259)	(659)
Fornecedores de imobilizado	(8)	(14)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, da CLWP Eólica Parque XIX S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Ricardo Bortoluz Lorandi
Contador - CRC SC 043065/O-0



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CLWP Eólica Parque XIX S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP Eólica Parque XIX S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



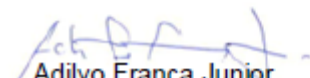
Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 11 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O